

**Afinidades entre a ditadura de 1964
e o anticatolicismo de evangélicos conservadores:
expressão da hegemonia capitalista norte-americana**

Affinities between the 1964 dictatorship and the anti-Catholicism of conservative evangelicals: an expression North American capitalist hegemony

*Rodrigo de Sá Netto**

 <https://doi.org/10.29327/256659.13.2-5>

Resumo:

Em princípios dos anos 1950 nos Estados Unidos, sob a forma de uma guerra psicológica e de propaganda, foi formulada uma campanha ideológica, prevendo o envolvimento de igrejas, para manter a América Latina sob a influência norte-americana diante do avanço marxista. Reverberadas no Brasil por evangélicos conservadores, essas ideias assumiram traços anticatólicos em função da relativa popularidade da Teologia da Libertação entre a maior Igreja do país, visível nos atritos entre porções católicas e a ditadura de 1964. Analisando correspondências enviadas por evangélicos conservadores aos ditadores das décadas de 1970 e 1980, este artigo procura demonstrar o sucesso na transferência dos ideais propagados pela campanha norte-americana para setores religiosos brasileiros, conformando uma hegemonia.

Palavras-chave: Ditadura; Hegemonia; Capitalismo; Evangélicos.

Abstract:

In the early 1950s in the United States, in the form of a psychological and propaganda war, an ideological campaign was formulated, which also foresaw the involvement of churches, to keep Latin America under the North American influence in the face of the Marxist advance. Reverberated in Brazil by conservative evangelicals, these ideas assumed anti-Catholic traits due to the relative popularity of Liberation Theology among the biggest Church in Brazil, visible in the friction between catholic portions and the 1964 dictatorship. Analyzing correspondence sent by conservative evangelicals to the dictators of the 1970s and 1980s, this article seeks to demonstrate the success in transferring the ideals propagated by the North American campaign to Brazilian religious sectors, forming a hegemony.

Keywords: Dictatorship; Hegemony; Capitalism; Evangelicals.

Introdução

Nas últimas décadas, a colaboração entre a ditadura de 1964 e religiosos conservadores tem sido objeto de bom número de pesquisas. Examinando os arquivos da Assembleia de Deus de Belém do Pará, o historiador Andrew Chesnut (1997), por exemplo, demonstrou como a Igreja obteve variadas benesses do regime, sobretudo por via do ministro-general Jarbas Passarinho, fornecendo-lhe,

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Servidor de carreira do Arquivo Nacional. E-mail: rdenetto@yahoo.com.br.

por seu turno, sustentação ideológica. Já Francisco Cartaxo Rolim destacou a aceleração, com o golpe de 1964, da vinda para o Brasil de pentecostais, que teriam como traço relevante cobrarem de seus membros submissão “às normas e procedimentos ditados pelo governo militar” (Rolim, 1994, p. 174).

A relativamente recente abertura de documentos escritos pelos órgãos governamentais após 1964, cujo sigilo foi derrubado pela Lei de Acesso à Informação de novembro de 2011, trouxe, porém, dados inéditos para a escrita dessa história. Assim, em minha tese *O Partido da Fé Capitalista: organizações religiosas e o imperialismo norte-americano na segunda metade do século XX* (Netto, 2022), procurei demonstrar não apenas como o Estado brasileiro, sobretudo entre 1964 e 1985, facilitou a instalação e a proliferação de organizações religiosas conservadoras, mas também como esse fenômeno se inscreve num projeto imperialista formulado nos Estados Unidos e que tinha como pressuposto o combate ideológico global ao comunismo.

Programa formulado pelas porções superiores do Estado norte-americano em princípios dos anos 1950 e que toma a forma de uma guerra psicológica e de propaganda, voltada sobretudo para a América Latina, que compreendia ações não militares para “influenciar a opinião pública de acordo com os interesses da política externa norte-americana” (Silva, 2020, p. 42). Tratava-se, enfim, de um contra-ataque doutrinário à influência soviética, a fim de reafirmar a “filosofia básica” norte-americana” (Silva, 2020, p. 42), direcionado a grupos formadores de opinião, como funcionários governamentais, membros da imprensa, professores, estudantes, empresários, etc. Para a formulação desse projeto foi criado um Conselho Coordenador de Operações, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, que formulou um Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina, instruindo os funcionários estatais dos Estados Unidos a estimular, nos países vizinhos, pontos de vistas favoráveis aos valores estadunidenses e a associação entre comunismo e subversão, convencendo os governos de que a ameaça vermelha era um problema de todo o continente (Silva, 2020, p. 48; Py, 2020). A ação junto aos dirigentes políticos, contudo, foi apenas um aspecto da campanha, sendo igualmente importante a doutrinação de grupos influentes da sociedade civil, como partidos, sindicatos e a Igreja. Sobre essa última, cabe destacar que, na versão do plano a que o historiador Vicente Gil da Silva teve acesso, com anotações do subsecretário de Estado do governo Eisenhower, Herbert Hoover Jr., a palavra “Igreja” (Silva, 2020, p. 49) está sublinhada e acompanhada do escrito à mão “fortalecer”. Assim, esperando-se que elas reproduzissem tais noções, também as organizações

religiosas na América Latina seriam alvo de ações abertas e/ou camufladas, apoiadas pelos serviços de inteligência estadunidenses, com o fito de convencer sobre “a natureza subversiva, conspirativa, fraudulenta e brutal da ação comunista, e de seu propósito básico de servir à intervenção do bloco soviético às custas do bem-estar do povo de seu país” (Silva, 2020, p. 49).

A pesquisa nos arquivos estatais estadunidenses indica que esses planos não tardaram a se concretizar, desdobrando-se, por exemplo, em iniciativas devotadas à criação de frentes religiosas ecumênicas, porém com forte presença evangélica, dispostas a empreender ações ideológicas por todo o globo. Assim, ainda em princípios da década de 1950 e sob os auspícios do governo Eisenhower, passou a funcionar a Foundation for Religious Action in the Social and Civil Order – FRASCO, composta por membros do governo norte-americano, líderes religiosos, empresários e intelectuais laicos, cujo propósito declarado era armar uma “contraofensiva ideológica e espiritual”¹ fundada na crença de que a “verdade religiosa” seria o “sustentáculo principal da liberdade humana”. Para tanto, se propunha a amearhar a colaboração “de todos os crentes”, unindo-os num programa de combate à “tirania do ateuista e desumano comunismo” por via de “meios educativos e informativos”.

Enquadram-se no mesmo caso o Programa para uma Política Ofensiva contra o Comunismo Mundial, plano de ação ideológica internacional, que previa a colaboração de igrejas, escrito pelo empresário David Sarnoff em 1955 e entregue ao presidente Eisenhower, e a conferência Foreign Aspects of U.S. National Security, organizada em 1958 pelo Congresso norte-americano, e, a exemplo da FRASCO, também frequentada por líderes religiosos, empresários, intelectuais e agentes estatais (Netto, 2022, p. 134-141). Nesta última, foi idealizada pelo pastor Edwin T. Dhalberg uma “arma do espírito”², consistindo no atrelamento da oferta de conforto religioso às ajudas monetárias aos países pobres, artifício capaz de ganhar a simpatia dos desprovidos de todo o mundo e afastá-los dos comunistas, que, se rivalizavam nessas esmolas, não podiam dispensar esse outro apoio em vista do seu ateísmo.

No interior dessas iniciativas, um dos preceitos discutidos, e que urgia transmitir pelo mundo, foi a alegada incompatibilidade entre o comunismo, a religião e a liberdade. Ela aparece, por exemplo, no Programa de David Sarnoff, que sugere explorar a “grande fome por conforto espiritual”³ identificada entre os habitantes do mundo socialista, advogando a veiculação de mensagens por meios

variados, como o rádio, e pelas próprias igrejas, pregando “a fé no divino, a repulsa ao comunismo e à falta de Deus, resistência ao ateísmo”.

A campanha previa, ainda, a disseminação de pressupostos econômicos. Assim, um dos objetivos declarados da FRASCO era “Promover a liberdade e um sistema econômico ordeiro capaz de proporcionar sustento material”⁴, “sem cair nos erros do estatismo e do coletivismo, o capitalismo”, enquanto o Programa de David Sarnoff era explícito em sua intenção de afastar a classe trabalhadora das ideias de Marx, alardeando as supostas vantagens do capitalismo. Preocupado em se contrapor à influência soviética sobre o proletariado de países como a França, ele recomendava a organização de campanhas políticas partindo de “outros grupos não oficiais e populares”⁵, cabendo, por exemplo, às “grandes igrejas” pregar sobre “os aspectos imorais e ateístas do comunismo na teoria e na prática”.

O projeto contou, também, com o auxílio da diplomacia norte-americana, que buscou abrir caminho em todo o globo para a instalação de organizações religiosas daquele país, como igrejas pentecostais e entidades missionárias interdenominacionais. Mais importante, promoveu uma política internacional de direitos humanos que tinha como meta a desestabilização interna do mundo comunista⁶, acusado de violar liberdades religiosas, sendo a oposição retórica entre comunismo e direitos humanos, portanto, importante componente dessa batalha ideológica (Netto, 2022, p. 257-285).

Hegemonia e anticatolicismo de evangélicos conservadores no Brasil

Conforme o teórico Antonio Gramsci, a hegemonia é um mecanismo basilar na sustentação da estrutura de classes. Trata-se de um artifício de poder fundado na persuasão, na popularização de um ideário onde os interesses da classe dominante aparecem, inclusive aos olhos dos dominados, como desejáveis por todo o conjunto social. Seu fim seria a justificação das relações sociais correntes, contando para tanto com o suporte de órgãos associativos diversos, capazes de incutir e disseminar tal ideário (Gramsci, 2001, v. 1, p. 93-94). Assumiriam esse papel, por exemplo, jornais, partidos políticos, ONGs e também iniciativas como a FRASCO e a conferência *Foreign Aspects of U.S. National Security*, explicitamente voltadas para a ação ideológica, além das igrejas que com elas entraram em contato. Sobre estas últimas, a lista de participantes tanto da FRASCO como da conferência mostra uma grande presença evangélica, sublinhando a destacada colaboração de igrejas deste tipo. No campo religioso será então sobretudo por via delas, ao lado

de entidades missionárias interdenominacionais, ambas em crescimento acelerado após 1950 com o incremento do missionarismo estrangeiro, que essa campanha ideológica alcançará o Brasil.

A despeito da participação de católicos conservadores tanto na FRASCO como na conferência, por aqui, nos anos 1970 e 1980, os efeitos dessa campanha doutrinadora acabarão exibindo traços anticatólicos. Isso se dará em função do ainda esmagador predomínio numérico da Igreja de Roma e da relativa popularidade da Teologia da Libertação⁷ entre os nossos padres, e até mesmo alguns bispos, dotando o grupo católico progressista de certo destaque na oposição à ditadura de 1964. Ditadura que abraçou de maneira inequívoca os ideais propalados pela guerra de propaganda norte-americana, como o anticomunismo, e com a qual significativas porções evangélicas nacionais, como veremos, se identificavam.

Cartas para o ditador

Fonte interessante para a observação dessa hegemonia em ação são os papéis do Gabinete Pessoal do Presidente da República, custodiados pelo Arquivo Nacional, com cartas enviadas pela população ao chefe do Executivo. Ali, ao contrário de outras fontes documentais a respeito da ditadura de 1964, não encontramos a versão estatal dos acontecimentos, mas a opinião sincera de pessoas que a queriam partilhar com os ditadores.

No que diz respeito às cartas de evangélicos conservadores desabafando seu desagrado com relação à Igreja Católica, elas começam a aparecer nos anos 1970, concomitante à disparada do crescimento dessas igrejas no Brasil, cujo incremento de membros, acelerado desde meados do século, tem um pico de 70% na década de 1960, mantendo-se em 64% e 67% nas duas seguintes e alcançando impressionantes 98% na de 1990 (Netto, 2022, p. 329 e 346).

Escrevendo de Curitiba (PR), em cinco de outubro de 1974, um certo Afonso da Silva Leite saudava Ernesto Geisel, “presidente de todos os brasileiros”⁸. Apresentava-se como comerciante, industrial e “descobridor da Insulina Vegetal via oral”, medicação fitoterápica para a asma que dizia ser de grande sucesso entre padres e evangelistas de todo o mundo atuantes na conversão de indígenas. Também jornalista, respondia por artigos religiosos em “diversos jornais do Brasil”, sempre cuidando de apresentar o “evangelho de Jesus Cristo, na sua pureza” (*sic*).

E era na qualidade de evangélico e jornalista que Leite se dirigia ao ditador para queixar-se de um suposto boicote aos seus artigos, que “de uns tempos para

cá, não tem sido publicados” (*sic*). Isso porque os católicos estariam “colocando pessoas de sua confiança entre os jornais do Brasil” a fim de dificultar a publicação de textos evangélicos, “salvo alguns artigos que venha de encontro aos interesses da mesma Igreja” (*sic*).

Como solução, pedia ao presidente que fizesse com que os jornais brasileiros reservassem um espaço para a publicação de textos evangélicos, entendendo que a Constituição tomaria o cristianismo “como base fundamental”. A medida ficaria ainda mais justificada se olhássemos para os periódicos do “mundo vermelho”, onde “é feita a propaganda do modo que eles entende” (*sic*). Enrolando-se com a semântica, via o Brasil num estado de “guerra aberta “velada”” contra o comunismo, sendo natural, portanto, que o governo manifestasse suas posições na imprensa de maneira semelhante ao que faria o soviético.

Podemos ler sua carta apenas como um desabafo delirante de alguém que, além de se dizer inventor de um tônico milagroso, mantinha pretensões literárias, talvez obstadas por suas deficiências no uso do português escrito, evidentes tanto na carta como em dois artigos nela anexos. Mais interessante, porém, é o exame dos artefatos ideológicos embutidos em sua prosa. Ali se mostra de maneira cristalina a ideia de que, ao mundo não comunista, representado no Brasil pelo governo ditatorial, cabia travar uma guerra de propaganda contra o comunismo. Nesta peleja, insinuava o escrito, católicos e evangélicos assumiriam posições antagônicas, estando apenas estes últimos plenamente afinados com o regime de 1964.

Três anos depois, em oito de março, escreveu para o mesmo Geisel um Paulo Maciel de Almeida, de Macapá-AP. Trazia ao conhecimento do general “um assunto do mais alto interesse para o povo brasileiro, assim como para a Gloriosa Revolução Democrática de 1964”⁹ (*sic*). Referia-se à “expulsão dos “vendilhões da Pátria” do templo cívico de nossa Nação”, leia-se, ao afastamento da Igreja Católica, “criminosa e astuta organização político-comercial”, dos negócios públicos do país.

Sua missiva acusava a Igreja de Roma de traições variadas, querendo se passar como “a verdadeira Igreja de Cristo” e “culminando” com a união com “um regime declaradamente ateu”, taxando de comunistas não apenas os clérigos brasileiros progressistas, mas toda a cúpula da Igreja, até o próprio Papa.

A fim de remediar a situação, revelava ter remetido à imprensa uma série de artigos, sob o título “A queda fatal do Papa Paulo VI”, onde alinhavava argumentos baseados na Teologia, na História e em fatos atuais a fim de expor “toda a verdade”. Movia-o inúmeras razões, que passou a arrolar.

Em primeiro lugar, havia a certeza do “grave perigo que corremos em viver com esses traidores do cristianismo e da Pátria” que, “abusando da boa fé do povo brasileiro”, deturpariam a verdade “sem o menor constrangimento”. Como exemplo, mencionava declaração do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns à imprensa, dizendo que as relações da Igreja com o governo teriam se tornado muito difíceis após 1968 em razão do Ato Institucional n. 5. Mero jogo de cena aos olhos de Almeida, que lembrava que 1968 “foi o ano da maior atuação subversiva do chamado clero ‘progressista’”, causa solitária do estranhamento entre a ditadura e os católicos. Permeada de contradições, semear a “confusão” seria, então, a especialidade dessa Igreja, fato que transpareceria, por exemplo, ao dizer-se defensora dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que “está de braços dados com o comunismo – o maior inimigo dos direitos humanos, inclusive o de ter uma religião”.

Essa ligação entre a Igreja Católica e o comunismo, cristalina no seu entender, seria outra razão que o movera. Aqui, novamente, o uso da mentira provaria o conluio entre católicos e comunistas, que nela tinham “uma das armas mais usada” (*sic*). A fim de comprovar a desonestidade católica, evocava palavras do bispo Dom Tomás Balduino, que falava em “crueldades atroz” cometidas contra presos políticos, nada mais que uma “infâmia”. Ao contrário, dizia Almeida, nas prisões brasileiras nada faltaria aos opositores do regime, que podiam contar com “tudo, o que muito de nós não temos, com exceção da liberdade” (*sic*).

Também o irritava constatar que “as atividades políticas levadas a efeito pela Igreja Católica, são claramente condenadas pelos ensinamentos de Cristo e dos Apóstolos” (SIC). Assim, a partir do que teria dito Cristo segundo o Novo Testamento, “a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, Almeida advogava a primazia das autoridades terrenas sobre os assuntos temporais, preceito violado pelos católicos em suas atitudes contestatórias. Autoridade confirmada em outras passagens bíblicas, como a Epístola de São Paulo aos Romanos, segundo a qual “não há autoridade que não proceda de Deus” e os que se opõem a ela resistem à “ordenação de Deus” e “trarão sobre si mesmos condenação”. Tema abordado também por São Pedro, que exortara os homens a submeter-se às autoridades, enviadas por Deus “tanto para castigo dos malfeitores”, e aqui Almeida pusera a palavra

subversivos entre parêntesis, “como para louvor dos que praticam o bem”, não cabendo a ninguém, portanto, usar a “liberdade (democracia) por pretexto da malícia (subversão)”.

O inspirava, também, a certeza de que “a Igreja Católica, vem traindo a Revolução desde o seu início” (*sic*), acusando-a de locupletar-se com a corrupção que imperaria na fase janguista, posteriormente apenas fingindo adesão ao movimento dos militares, infiltrando membros nas passeatas golpistas, “fantoques selecionados para a farsa”.

Também a dissimulação da CNBB o impelia a agir: “ainda está para aparecer na terra, homens tão hipócritas”. Neste caso, contrastava a riqueza da Igreja Católica com as declarações do bispado brasileiro e do Papa Paulo VI por uma melhor repartição dos bens terrenos. Voltando mesmo aos tempos coloniais, onde os católicos teriam se refestelado com o ouro brasileiro, achava “muito oportuno que quando o chefe dos hipócritas voltar a falar em distribuição de riquezas, cada brasileiro, lhe envie um cartão com estas palavras: Papa Paulo VI – comece em sua casa” (SIC).

Papa que, além disso, apoiaria totalmente “a subversão comunista” dos seus subordinados. Assim, se, conforme Dom Eugênio Salles dissera ao jornal O Globo em março de 1977, “sobre a ortodoxia dos bispos há uma única autoridade, a do papa, sempre vigilante”, seria, portanto, “incontestável o seu “consentimento” para com as atividades subversivas levadas a efeito pelos seus subordinados”, “inclusive as inúmeras provocações lançadas contra as nossas autoridades”.

Tendo exposto suas queixas e argumentos, passou Almeida a falar um pouco sobre si, justificando o porquê de achar-se “preparado intelectual e psicologicamente” para a batalha contra os católicos. Tudo começara em 1967, após travar contato com “um missionário americano” que revelou que uma especial missão lhe fora legada pela divindade, que trataria de guiá-lo caso se dedicasse “a buscar o Senhor”. Como decorrência, passou a sentir verdadeira “obsessão” em “provar que a Igreja Católica não representa a verdadeira Igreja de Cristo”, vontade fortalecida por sucessivas revelações e premonições recebidas em sonhos.

Um deles teria lançado luz sobre a situação social brasileira, conturbada pela crise econômica mundial após 1973, atribuída por análises científicas, no plano externo, a fatores como a subida abrupta dos preços do petróleo e, no interno, ao esgotamento do modelo econômico implementado pela ditadura. A seu

ver, entretanto, tratava-se de uma crise irreversível que anunciaria o retorno próximo de Jesus Cristo, segundo profetizado pelo apóstolo Paulo, tornando “inexequível qualquer tentativa de eliminar as dificuldades que assolam todas as nações, independentemente de sua forma de governo ou de sistema político”. Sonhara Almeida, então, assistir a uma pregação, na “Igreja Evangélica Assembléia de Deus”, onde se falava sobre a segunda vinda de Jesus Cristo e “que esse acontecimento será muito breve”, para isso faltando apenas “se cumprir um acontecimento e esse será feito por um do nosso meio”.

Talvez interpretando essa condição como a queda da Igreja de Roma e a si próprio como o veículo desse desígnio divino, se despedia do ditador esperando que “a concretização do meu plano, seja um alívio para o vosso tão pesado fardo”.

Mais uma vez, sua carta revela a reprodução pelos evangélicos brasileiros dos mencionados preceitos ideológicos provindos dos Estados Unidos, como a ênfase no ateísmo inerente ao sistema comunista, ideologia que portanto deveria ser combatida por todos os que se dizem religiosos; a oposição entre comunismo e direitos humanos; e a crítica aos projetos de redistribuição de riquezas. Ao lado deles, entretanto, há também a repetição de ideais teológicos concebidos por grupos religiosos conservadores norte-americanos, como aqueles ligados ao movimento fundamentalista¹⁰. Falo da noção de que não compete aos homens religiosos imiscuir-se nos assuntos estatais e da ideia de que todas as mazelas sociais possuem raízes divinas, independentemente das ações humanas. Ambas as concepções referem-se à escatologia pré-milenarista¹¹, comum entre círculos fundamentalistas e outros deles próximos, como os pentecostais, tendo tais ideias alcançado Almeida por via da Igreja pentecostal Assembleia de Deus, conforme ele mesmo relata. Os efeitos conservadores dessa concepção religiosa são mais que evidentes: o desestímulo a iniciativas para a alteração do arranjo social vigente e o respeito dogmático àqueles em posição de poder.

Em 15 de agosto de 1978 foi a vez do advogado Cyrilo Luciano Gomes, de São Paulo (SP), dirigir-se ao “irmão em Cristo”¹² Ernesto Geisel, membro da Igreja Luterana. E era exatamente em função da identidade evangélica partilhada que Gomes, assegurando que suas palavras não deviam ser tomadas como desrespeito, mas contextualizadas numa “intimidade cheia de carinho”, tomava a liberdade de admoestar o general. Queixava-se de fatos descritos em matéria do jornal Folha da Tarde, publicada no mesmo dia em que Gomes redigiu sua carta, intitulada “O presidente reza pela alma do papa Paulo VI”, morto havia nove dias.

Gomes mostrava estarrecimento diante da atitude de Geisel, que não haveria de desconhecer que “a sorte de Paulo VI foi definitivamente lançada no instante em que cerrou seus olhos para o mundo presente”. Vendo-o “flertar com o inimigo”, dizia-se entristecido. Pior, tal comportamento constrangia “muito especialmente ao nosso Querido Salvador Jesus Cristo”.

Diante do exposto, o advogado apegava-se à possibilidade de “ter havido um equívoco”, querendo “prosseguir, orgulhoso, e grato a Deus pela obra cristã de nosso primeiro presidente evangélico”. Caso contrário, pedia uma conversa franca com o ditador, desejando “esclarecer o meu coração”, que, não obstante, permaneceria sempre disposto a “rogar a proteção divina a Vossa Excelência”.

O texto novamente expõe o entendimento de que a Igreja Católica estaria num campo em separado ao da ditadura brasileira, o campo do inimigo. Também a exemplo do que vimos na carta de Paulo Maciel de Almeida, ocorre aqui a artificiosa extensão do progressismo político, abraçado por parte do clero católico brasileiro, a toda Igreja, certamente reforçada pelo lançamento pelo falecido Papa de documentos que viriam a se tornar parte da chamada doutrina social da Igreja Católica¹³ e que aparentemente se chocavam com alguns princípios ventilados pela campanha ideológica aqui abordada. Assim, a despeito de ter se manifestado contrário ao aborto¹⁴ e postulado a incompatibilidade entre o cristianismo e o marxismo¹⁵, Paulo VI também criticara o imperialismo, a desigualdade e o direito absoluto à propriedade privada¹⁶.

Mais tarde, durante a gestão do católico João Figueiredo, as cartas não pararam de ser postadas, mostrando que o alinhamento de evangélicos conservadores com a ditadura não se devia ao eventual protestantismo do cabeça do regime.

Em junho de 1980, o catolicismo de Figueiredo não impediu, por exemplo, que o pastor João Neres Pereira, da Igreja Batista Missionária de Paragominas, no estado do Pará, endereçasse o ditador da vez para, novamente, acusar os católicos de variados crimes. Dizendo-se simpático à “grande luta”¹⁷ de Figueiredo para “implantar uma democracia plena” e reconhecendo o general como um ministro de Deus, segundo a Bíblia de acordo com sua condição de “chefe supremo da nação”, buscava abrir-lhe os olhos para os malfeitos praticados pelos católicos. Agentes, inclusive, do Juízo Final, conforme exposto no Livro do Apocalipse bíblico, cuja leitura recomendava. Se isso não ficasse claro, que Figueiredo procurasse a orientação de “um teólogo evangélico”.

Exemplo das ações demoníacas dos católicos seria a participação de “sacerdotes” em atividades de contestação ao governo, como greves, onde agiriam “não para aconselhar, para acalmar, levar os grevistas a obedecer o governo e respeitar as leis”, mas para alimentar o dissenso; tumultuando também “o problema de terras no país”.

Louvando a batalha de Figueiredo contra a inflação, demandando sacrifícios como cortes em despesas públicas, Pereira aproveitava para questionar a utilidade da iminente visita do Papa ao Brasil, que de fato se realizou poucos dias após o envio da carta. Afinal, perguntava, sua vinda, que não redundaria em “nenhum resultado benéfico para o país”, “não trará perda de milhões de cruzeiros, para os cofres públicos?”.

A exemplo da correspondência anterior, a carta do pastor batista reverbera a noção de que o governo ditatorial fora escolhido por Deus, portanto não cabendo a ninguém desobedecê-lo. Já o elo entre os católicos e as forças diabólicas transparece no desrespeito a esse dogma, consubstanciado em ações em voltadas para a esfera produtiva: o apoio à classe trabalhadora em suas atividades reivindicatórias por melhores salários e condições de trabalho e nas lutas pela posse da terra de indígenas e pequenos produtores rurais, nas quais setores progressistas católicos se engajaram crescentemente.

Em setembro de 1981, foi a vez de um Henrique José da Silva, residente em São Bernardo do Campo (SP), compartilhar com Figueiredo sua indignação.

Motivava o contato a recente divulgação pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do documento Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política, produto de uma reunião ordinária do Conselho Permanente do órgão, havida em Brasília (DF). Sobre o folheto, irritava ao senhor da Silva a constatação de que “a única preocupação”¹⁸ dos bispos brasileiros era “com fatos mundanos”. A fim de provar seu ponto de vista, contabilizava as palavras ali mais usadas: “política”, 43 vezes, “social”, 28 vezes, e “economia”, 12 vezes. Inversamente, “igreja” e “cristã” só apareciam oito vezes, enquanto “evangelho” uma única vez, denotando “total ausência de pregação espiritual”. Chamava-lhe atenção também a inútil prolixidade católica, originando imensa quantidade de escritos “superados pelos acontecimentos do dia a dia”, enquanto “Um único documento permanece inalterado e sempre atual, cada dia mais atual: o Novo Testamento, o evangelho, a boa nova”.

Ademais, as ideias propaladas pelo bispado brasileiro lhe causavam descontentamento também por haver “um nítido confronto” entre elas e as “Autoridades constituídas”, ferindo princípios do Novo Testamento que via como irredutíveis. Novamente, palavras atribuídas ao apóstolo Paulo eram mencionadas: “quem se revolta contra a autoridade, revolta-se contra a ordem de Deus”, “Os governos não são motivos de temor aos homens de bem, mas, sim, aos que praticam o mal”.

Preceitos teológicos, contudo, não eram o único pomo de discórdia entre da Silva e a CNBB. Um dos aspectos do texto católico que mais lhe causava desconforto foi a discussão sobre as relações da Igreja com os ricos e pobres, “item longamente abordado pelos senhores Bispos”, preocupação exposta “Sempre materialmente falando, nunca espiritualmente”. No mais, a divisão pobre/rico, além de desagregadora, lhe parecia artificiosa, “O que é ser pobre e que é ser rico?”. Pretendendo resolver a questão, propôs o critério: “Pobre é todo ser humano que gasta mais do que recebe; e, rico é todo ser humano que gasta menos que recebe”. Sendo assim, antes que um problema social, a eventual pobreza ou riqueza era, de fato, um dilema individual. Logo, haveria ricos “que recebem menos de um salário mínimo” ao lado de pobres que afeririam renda muito maior, “mais de 300 (trezentos) salários mínimos”, mas “conseguem gastar mais do que ganham”. Como resultado, a cantilena frequentemente entoada pelos católicos, de que “o governo deve distribuir renda”, seria improcedente, posto que governo algum teria esse poder, afinal, “Tudo se conquista por méritos e não por direitos”. Além disso, a Bíblia atestava, necessidade nenhuma haveria de passar o crente trabalhador. Não disse Jesus Cristo “Quem vem a mim jamais terá fome; e quem crê em mim jamais terá sede”? E, segundo o sábio rei Salomão, “Quem não quer trabalhar também não há de comer” e “Existe gente que tem preguiça até de pôr a comida na própria boca”.

Estranhava também a interferência católica na luta pela posse da terra, referindo-se especificamente à expulsão de posseiros da Amazônia¹⁹. Dizendo ter trabalhado “mais de três anos na Região”, se achava gabaritado a transmitir seu parecer sobre o tema: o que ocorria era que tanto os católicos como a imprensa moviam deliberadamente o foco para os “posseiros que ainda não deram certo”, ignorando que “há muitos posseiros que hoje são proprietários, alguns grandes proprietários, de terras, de culturas, de cabeças de gado”. Aqui, errava a Igreja, também, por se concentrar nas reivindicações de direitos apenas materiais, “nunca espirituais”, que, além de aprofundar “o conflito entre a vida mundana e o Evangelho de Cristo”, acabariam também servindo aos interesses de aproveitadores, desejosos apenas de uma “boca livre”.

Apesar da ênfase na leitura literal do evangelho, traço comum a evangélicos conservadores, Henrique José da Silva não declara sua vinculação religiosa. É possível, inclusive, que não fosse membro de nenhuma igreja deste tipo, uma vez que, ao final de seu escrito, vemos citações de variados autores, entre eles o teólogo Huberto Rohden, importante para o espiritismo. É fato, contudo, que a pregação ideológica norte-americana, se reverberava com força entre o público evangélico, procurava seduzir religiosos conservadores de diversas afiliações. E ela é mais que evidente nas palavras de da Silva que, além de trazerem à baila os mesmos argumentos teológicos que as correspondências anteriores, justificando o respeito dogmático às autoridades ditatoriais e o afastamento dos movimentos por mudanças sociais, mostram o esforço individual como único requisito para o sucesso monetário, negam a repartição desigual de riquezas sob o capitalismo e deslegitimam as lutas dos trabalhadores por direitos.

Para encerrar, endereçada também a Figueiredo, trago carta de Edilson Dias de Jesus, “jovem evangelio”²⁰ (*sic*) presidente de um grupo de mocidade em Igreja desconhecida de Salvador – BA. Ali, Jesus procurava mostrar que a Igreja Católica “é a grande responsável” pelas principais mazelas sociais e econômicas do Brasil, inclusive a dívida externa e a inflação. Alternativamente, se “fizessemos como os Estados Unidos da America do Norte, pregassemos o verdadeiro Evangelho de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, hoje seríamos uma grande nação” (*sic*). Além das melhorias econômicas, também o problema da violência urbana seria resolvido, com menos “crimes e assaltos”. De outra forma, como explicar que nos Estados Unidos, “onde 95% da População são de origem Evangelica”, não houvesse grandes epidemias, criminalidade desenfreada e o envolvimento da juventude em “Revoluções, Crimes e Manifestações Estudantis”?

Assim, se a presença católica, “desde a fundação e Descobrimto do Brasil” colocando uma “Cruz vazia e sem significado”, fosse substituída pela dos que fariam uma “verdadeira Pregação do Santo Evangelho” e “se cada Brasileiro, conhecesse as Verdades de Jesus Cristo” (*sic*) ao invés das histórias de santos e santas, “apenas pedras de tropeço aos que querem ouvir a Mensagem do Evangelho”, estaríamos livre de “Greves, Revoluções, e os famosos quebra-quebra”.

Sugeria, portanto, “afastar esses Padres e seus Auxiliares e Superiores Imediatos do Brasil, já que os mesmos excitam o povo a lutar com o Sr. Presidente”, focados em política e “outras coisas que de Espiritual, nada tem” (*sic*). Por outro lado, celebrava as igrejas Assembleia de Deus, Batista, Adventista, Presbiteriana

“e inúmeras outras” (*sic*), mais interessadas “na Morte de Jesus Cristo, e sua grande Mensagem”.

Conclusão

Após meados do século XX, na medida em que os Estados Unidos se firmam como país líder do bloco capitalista, posição reforçada também por via de uma campanha ideológica voltada para seus vizinhos, igrejas evangélicas multiplicam-se em escala sem precedentes pela América Latina. Partícipes dessa campanha, missionários estrangeiros e religiosos brasileiros com conexões próximas com organizações cristãs norte-americanas trarão para o Brasil não apenas novas expressões de fé, mas também uma doutrina política delineada no país do norte que buscou suscitar opiniões favoráveis ao modelo de organização socioeconômica pretendido para o resto do mundo, o capitalismo. Através da análise das correspondências enviadas aos ditadores de 1964 por evangélicos conservadores, testemunhamos a absorção de princípios disseminados por essa campanha, que obteve sucesso em converter não apenas religiosamente boa parte da população brasileira, conformando visões favoráveis à preservação de estruturas que a aproximação dos trabalhadores com os ideais marxistas punha em risco. Estruturas que a ditadura de 1964 se esforçou em consolidar, para tanto podendo contar inclusive com o apoio de camadas populares hegemônicas. Assim, vimos como os textos de evangélicos brasileiros dedicados aos ditadores de 1964 reproduzem noções propagadas pelas iniciativas norte-americanas dedicadas a executar, na arena religiosa, a guerra de propaganda delineada no país do norte. Falo principalmente da apologia aos valores capitalistas e da ideia de que a religião fundamentaria a liberdade humana, sendo o ateísmo comunista, distorcido e enfatizado, essencialmente tirânico e imoral, devendo ser repellido por todos os que se dizem cristãos.

Referências bibliográficas:

CHESNUT, Andrew R. *Born Again in Brazil: the pentecostal boom and the pathogenes of poverty*. New Brunswick, New Jersey and London: Rutgers University Press, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce, 1999.

LÖWY, Michael. *Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto*. Pravda.ru, 2008. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/sociedade/cultura/27-10-2008/25022-teologialibertacao-O/>>. Acesso em: 08 out. 2019.

MARSDEN, George. *Understanding Fundamentalism and Evangelicalism*. Grand Rapids: Wm. B Eerdmans Publishing Co, 1991.

NETTO. Rodrigo de Sá. *O Partido da Fé Capitalista: organizações religiosas e o imperialismo norte-americano na segunda metade do século XX*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

PY, Fábio. Bolsonaro's Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. *International Journal of Latin American Religions*, v. 4, p.318-334, 2020.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Documentos arquivísticos:

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.0092.

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DF ANBSB JF.JBF.0.0114.

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.JBF.0.0158.

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.0223.

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.230.

Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.JBF.0.0261.

Central Intelligence Agency - CIA. General CIA Records. Hearings before the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws of the Committee on the Judiciary United States Senate. Document Number (FOIA) /ESDN (CREST): CIA-RDP64B00346R000500030098-1.

Central Intelligence Agency - CIA. General CIA Records. Letter to the Honorable Eric Johnston from Allen W. Dulles. Document Number (FOIA) /ESDN (CREST): CIA_RDP80B01676R003800100021-9.

Central Intelligence Agency - CIA. General CIA Records. National Conference on the Spiritual Foundations of American Democracy. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA-RDP80R01731R001200070075-4.

¹ Central Intelligence Agency (CIA). General CIA Records. National Conference on the Spiritual Foundations of American Democracy. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA-RDP80R01731R001200070075-4.

² Central Intelligence Agency (CIA). General CIA Records. Letter to the Honorable Eric Johnston from Allen W. Dulles. Document Number (FOIA) /ESDN (CREST): CIA_RDP80B01676R003800100021-9.

³ Central Intelligence Agency (CIA). General CIA Records. Hearings before the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws of the Committee on the Judiciary United States Senate. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA-RDP64B0034 6R000500030098-1.

⁴ Central Intelligence Agency (CIA). General CIA Records. National Conference on the Spiritual Foundations of American Democracy. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA-RDP80R0173 1R001200070075-4.

⁵ Central Intelligence Agency (CIA). General CIA Records. Hearings before the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws of the Committee on the Judiciary United States Senate. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA-RDP64B0034 6R000500030098-1

⁶ Essa política tinha como alvo principal não aqueles países em que as liberdades religiosas eram de maneira mais contumaz violadas, como a Arábia Saudita, aliada norte-americana, mas Estados alinhados ou que promoviam aproximações com os soviéticos. A análise de documentos diplomáticos norte-americanos disponibilizados no banco de dados WikiLeaks mostra, portanto, que a maioria esmagadora desses papéis tratando do tema liberdade religiosa se refere à antiga União Soviética, ao Leste europeu e a outros países onde a disputa ideológica entre capitalismo e comunismo se apresentava de maneira mais patente, como o Malawi e a Coreia do Sul (Netto, 2022, p. 263).

⁷ Segundo Michael Löwy (2008, p. 1-2) a Teologia da Libertação é um movimento que tem como traços principais a acusação de ordem moral e social capitalismo, visto como pecaminoso por ser inerentemente injusto; o uso do arcabouço teórico marxista para a compreensão da pobreza; a preferência pelos pobres e a participação nas lutas pela sua emancipação; a implementação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs como proposta de um novo tipo de Igreja e alternativa ao individualismo capitalista; e a compreensão de que a idolatria de valores e ideias, como o consumismo, a riqueza, o poder, a segurança nacional, o Estado e os exércitos, seriam os principais adversários da religião. Ainda para Löwy, a despeito de ter alcançado relativa popularidade entre o clero católico latino-americano nas décadas de 1970 e 1980, o engajamento social católico, contudo, permaneceu circunscrito à periferia desta Igreja, apenas ocasionalmente atingindo a cúpula.

⁸ Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.230.

⁹ Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.0223.

¹⁰ Movimento religioso conservador surgido nos Estados Unidos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Iniciado em meios presbiterianos, logo se popularizou também entre os batistas, vindo, posteriormente, a se constituir numa corrente religiosa interdenominacional, ou seja, ativa no interior de diversas igrejas. Caracterizou-se inicialmente pela recusa às interpretações críticas da Bíblia, favorecidas pelos avanços científicos do período, em especial a Teoria da Evolução de Charles Darwin, que punha em xeque o preceito do projeto divino para o mundo natural. Ao contrário, os fundamentalistas enfatizaram a importância de se tomar o texto bíblico em sua literalidade e sua validade inclusive enquanto fonte histórica e referencial científico.

¹¹ Conforme Marsden (1991, p. 40) o pré-milenarismo dispensacionalista foi a escatologia preferida de alguns dos primeiros grupos fundamentalistas norte-americanos, vindo a influenciar outros setores evangélicos. Segundo o dispensacionismo, a História humana é dividida em sete eras. Em cada uma delas a humanidade foi testada, falhando invariavelmente em satisfazer a divindade, terminando todas essas etapas com o catastrófico juízo divino. A primeira delas teria visto a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, a segunda o Dilúvio e a terceira a queda da Torre de Babel, por exemplo. Atualmente viveríamos a sexta era, também fadada a terminar mal, com sete anos de guerras e desastres após os quais Jesus Cristo voltaria para instalar em Jerusalém um reino de mil anos (daí o termo milenarismo). A crença dispensacionalista se basearia numa leitura literal da Bíblia, razão de sua grande acolhida entre fundamentalistas e simpatizantes.

¹² Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.EBG.0.0092.

¹³ Princípios fixados em cartas formuladas por múltiplos papas que buscam consolidar a posição oficial da Igreja Católica com relação à sociedade humana.

¹⁴ Através da Encíclica *Humanae Vitae*, de julho de 1968, que, entre outras coisas, define a atitude da Igreja com relação ao tema da reprodução humana.

¹⁵ Conforme narrado pela Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*, de maio de 1971.

¹⁶ Posições declaradas na Encíclica *Populorum Progressio*, de março de 1967, e na Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*.

¹⁷ Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.JBF.0.0114.

¹⁸ Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.JBF.0.0261.

¹⁹ Por via de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), segmentos católicos procuraram auxiliar a organização de trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade, como posseiros, famílias fixadas em porções de terras sem que, contudo, tivessem títulos de propriedade. Ao longo dos anos 1970, com a política oficial de incentivo à ocupação de terras amazônicas por grandes empresas e latifundiários, muitas dessas famílias foram expulsas.

²⁰ Arquivo Nacional. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR DFANBSB JF.JBF.0.0158.

Recebido em 18/06/2022

Aceito para publicação em 05/07/2022